

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2019 e de 2018, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Conselho Monetário Nacional (CMN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Resultado e Patrimônio Líquido

O Lucro Líquido da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil no período alcançou R\$ 251,7 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 5.057,7 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 0,17 enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 3,36.

Ativos e Recursos Captados

Os Ativos totalizaram R\$ 12.525,0 milhões e estão substancialmente formados por R\$ 9.042,2 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Os Recursos Captados representaram R\$ 7.285,9 milhões, correspondentes a Recursos de Debêntures.

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO Nº 381, DE 14/01/2003, DA CVM

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2019, não foram prestados diretamente a Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil serviços não relacionados à auditoria externa pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas. Neste mesmo período não foram prestados às empresas do conglomerado ao qual pertence à Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 03, 18 e 31 de janeiro, 11 e 26 de abril - revisão sobre cálculos e liquidação de impostos e aderência a normativa tributária;
- 08 de março, 23 de abril e 22 de novembro – treinamento, aquisição de materiais técnicos e pesquisa;
- 26 de abril – revisão requerida regulatoriamente sobre estudo de impacto de nova norma contábil;
- 23 de setembro – revisão de consulta às autoridades fiscais sobre aspectos tributários.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

A Administração

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Alexsandro Broedel Lopes

Conselheiros

Christian George Egan

Tatiana Grecco

DIRETORIA

Diretor Presidente

Ricardo Nuno Delgado Gonçalves

Diretores

Alexsandro Broedel Lopes (*)

Badi Maani Shaikhzadeh

Gilberto Frussa

Matias Granata

Rodrigo Luís Rosa Couto

Vanessa Lopes Reisner

() Diretor de Relações com Investidores.*

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC - 1SP - 210.058/O-3

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Balanco Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		1.060.455	8.681.050
Disponibilidades	3a	141	101
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b e 10a	993.418	8.647.031
Aplicações no Mercado Aberto		178	8.129.244
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		993.240	517.787
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - Carteira Própria	3c e 4a e b	18.577	18.949
Outros Créditos		47.739	14.969
Rendas a Receber	7	45.927	1.735
Diversos	6b I	1.812	13.234
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas		580	-
Realizável a Longo Prazo		8.206.413	20.567.740
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3b e 10a	8.048.757	20.407.648
Outros Créditos - Diversos	6b I	157.656	160.092
Permanente	3d e 7	3.258.165	3.120.427
Investimentos	3f e 7	3.258.165	3.120.427
Participações em Coligadas		3.258.165	3.120.427
Total do Ativo		12.525.033	32.369.217

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		32.353	87.475
Outras Obrigações		32.353	87.475
Sociais e Estatutárias	9b	2.517	72.250
Fiscais e Previdenciárias	3e, 3f e 6c	29.474	14.611
Diversas		362	614
Exigível a Longo Prazo		7.434.962	26.973.176
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos - Debêntures	3b, 8 e 10a	7.285.951	26.829.727
Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias	3e, 3f e 6c	149.011	143.449
Patrimônio Líquido	9	5.057.718	5.308.566
Capital Social		2.414.968	2.414.968
Reservas de Lucros		2.641.569	2.892.371
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.181	1.227
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.525.033	32.369.217

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais)*

	Nota	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira		338.175	966.369	3.270.736
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	338.175	966.369	3.270.736
Despesas da Intermediação Financeira		(277.749)	(836.704)	(3.129.124)
Operações de Captação no Mercado	10a	(277.749)	(836.704)	(3.129.124)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		60.426	129.665	141.612
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		52.161	167.058	432.068
Outras Despesas Administrativas		(2.444)	(7.916)	(27.939)
Despesas Tributárias	3f	(2.828)	(6.063)	(6.656)
Resultado de Participações em Coligadas	3d e 7	60.105	183.711	466.697
Outras Despesas Operacionais		(2.672)	(2.674)	(34)
Resultado Operacional		112.587	296.723	573.680
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		112.587	296.723	573.680
Imposto de Renda e Contribuição Social	3f e 6a	(20.808)	(45.008)	(11.277)
Devidos sobre Operações do Período		(17.159)	(36.819)	(9.515)
Referentes a Diferenças Temporárias		(3.649)	(8.189)	(1.762)
Lucro Líquido		91.779	251.715	562.403
Nº de Ações	9a		1.504.996.693	1.504.996.693
Lucro por Ação - R\$			0,17	0,37
Valor Patrimonial por Ação - R\$			3,36	3,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 9)

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 01/07/2019	2.414.968	482.994	2.069.313	1.236	-	4.968.511
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego de Coligadas	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	91.779	91.779
Destinações:						
Reservas	-	-	89.262	-	(89.262)	-
Dividendos	-	-	-	-	(2.517)	(2.517)
Saldos em 31/12/2019	2.414.968	482.994	2.158.575	1.236	-	5.057.773
Mutações do Período	-	-	89.262	-	-	89.262
Saldos em 01/01/2018	2.405.982	481.196	1.942.758	897	-	4.830.833
Aumento de Capital	8.986	-	(8.986)	-	-	-
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego de Coligadas	-	-	-	330	-	330
Lucro Líquido	-	-	-	-	562.403	562.403
Destinações:						
Reservas	-	1.798	475.605	-	(477.403)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(85.000)	(85.000)
Saldos em 31/12/2018	2.414.968	482.994	2.409.377	1.227	-	5.308.566
Mutações do Período	8.986	1.798	466.619	330	-	477.733
Saldos em 01/01/2019	2.414.968	482.994	2.409.377	1.227	-	5.308.566
Dividendos	-	-	(500.000)	-	-	(500.000)
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego de Coligadas	-	-	-	(46)	-	(46)
Lucro Líquido	-	-	-	-	251.715	251.715
Destinações:						
Reservas	-	-	249.198	-	(249.198)	-
Dividendos	-	-	-	-	(2.517)	(2.517)
Saldos em 31/12/2019	2.414.968	482.994	2.158.575	1.181	-	5.057.718
Mutações do Período	-	-	(250.802)	(46)	-	(250.848)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**Demonstração dos Fluxos de Caixa***(Em Milhares de Reais)*

	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Lucro Líquido Ajustado	313.072	912.897	3.226.592
Lucro Líquido	91.779	251.715	562.403
Ajustes ao Lucro Líquido:	221.293	661.182	2.664.189
Resultado de Juros de Debêntures	277.749	836.704	3.129.124
Tributos Diferidos	3.649	8.189	1.762
Resultado de Participações em Coligadas	(60.105)	(183.711)	(466.697)
Varição de Ativos e Passivos	1.729.943	11.921.822	49.346.495
(Aumento) / Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.709.416	11.883.438	49.347.493
(Aumento) / Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(5.550)	372	(1.947)
(Aumento) / Redução em Outros Créditos	(1.737)	5.088	(4.985)
Aumento / (Redução) em Outras Obrigações	31.806	42.383	14.781
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.992)	(9.459)	(8.847)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	2.043.015	12.834.719	52.573.087
Dividendos Recebidos	1.735	1.735	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	1.735	1.735	-
Captação (Resgate) por Debêntures (inclui juros pagos)	(6.300.452)	(20.380.480)	(51.196.622)
Dividendos e Juros sobre o Capital Pagos	(585.000)	(585.000)	(177.000)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(6.885.452)	(20.965.480)	(51.373.622)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.840.702)	(8.129.026)	1.199.465
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.841.021	8.129.345	6.929.880
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período (Nota 3a)	319	319	8.129.345
Disponibilidades	141	141	101
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	178	178	8.129.244

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**Demonstração do Valor Adicionado***(Em Milhares de Reais)*

	2º Semestre 2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas	338.175	966.369	3.270.736
Intermediação Financeira	338.175	966.369	3.270.736
Despesas	(280.421)	(839.378)	(3.129.158)
Intermediação Financeira	(277.749)	(836.704)	(3.129.124)
Outras	(2.672)	(2.674)	(34)
Insumo Adquiridos de Terceiros - Outros	(2.444)	(7.916)	(27.939)
Valor Adicionado Bruto	55.310	119.075	113.639
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	55.310	119.075	113.639
Valor Adicionado a Distribuir	55.310	119.075	113.639
Valor Adicionado Recebido em Transferência	60.105	183.711	466.697
Resultado de Participações em Coligadas	60.105	183.711	466.697
Valor Adicionado Total a Distribuir	115.415	302.786	580.336
Distribuição do Valor Adicionado	115.415	302.786	580.336
Impostos, Taxas e Contribuições - Federais	23.636	51.071	17.933
Federais	23.636	51.071	17.933
Remuneração de Capitais Próprios	91.779	251.715	562.403
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2.517	2.517	85.000
Lucros Retidos do Período	89.262	249.198	477.403

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Período de 01/01 a 31/12 de 2019 e 2018

(Em Milhares de Reais)

Nota 1 – Contexto Operacional

A Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (DIBENS LEASING) tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor.

As operações da DIBENS LEASING são conduzidas exclusivamente no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2020.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da DIBENS LEASING foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Nota 3 – Políticas Contábeis Significativas

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – É definido como caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.
- b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Demais Operações Ativas e Passivas** – As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas pro rata die.
- c) **Títulos e Valores Mobiliários** – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados na seguinte categoria:
 - **Títulos para Negociação** – Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- d) **Investimentos** - Em coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
- e) **Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias** - são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 5.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outras Obrigações;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração da DIBENS LEASING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- f) Imposto de Renda e Contribuição Social** - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

Nota 4 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

- a) Títulos para Negociação** - Carteira composta por Cotas de Fundos de Investimentos que totalizam R\$ 18.577 (R\$ 18.949 em 31/12/2018).
- b) Instrumentos Financeiros Derivativos** - Em 31/12/2019 e 31/12/2018 não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.
- c) Análise de Sensibilidade** - No Itaú Unibanco Holding S.A., os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Desta forma, os instrumentos financeiros da DIBENS LEASING, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A., são parte integrante da Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação do conglomerado econômico-financeiro, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Acordo de Basiléia e alterações posteriores, e pelos regulamentos: Resolução nº 3.464/07, do CMN, e na Circular nº 3.354/07 do BACEN. Por esta razão, não será apresentada uma análise de sensibilidade das posições individuais desta instituição.

Nota 5 – Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

A DIBENS LEASING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das carteiras, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	142.633	136.714
Encargos sobre Tributos	5.561	5.919
Saldo Final (Nota 6c) (*)	148.194	142.633

(*) Registrado em Outras Obrigações.

A discussão relativa às Obrigações Legais é descrita a seguir:

- CSLL – R\$ 148.194 – Isonomia: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial perfaz R\$ 148.194 registrado em Outros Créditos – Diversos.

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da DIBENS LEASING são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A DIBENS LEASING, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Nota 6 - Tributos

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	4,00%
Contribuição Social	15,00%	ISS	até 5,00%

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos Sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	296.723	573.680
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(118.689)	(258.156)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas	73.484	210.014
Juros sobre o Capital Próprio	-	38.250
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas das Receitas não Tributáveis	197	(1.385)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(45.008)	(11.277)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

ATIVO	31/12/2018	Realização/ Reversão	31/12/2019
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	8.189	(8.189)	-
Provisões Fiscais e Previdenciárias	817	-	817
Total(*)	9.006	(8.189)	817

(*) Registrados em Outros Créditos Diversos.

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31/12/2019 são:

Ano de Realização	Créditos Tributários					
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%
2023	817	100,0%	-	0,0%	817	100,0%
Valor Presente	748		-		748	

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias fiscais não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 31/12/2018, os créditos tributários de Contribuição Social foram registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. Em 31/12/2019 e 31/12/2018, não existem créditos tributários não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições a Pagar / Recolher	29.474	14.610
Obrigações Legais (Nota 5b)	148.194	142.633
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	817	817
Total	178.485	158.060

Nota 7 - Investimentos em Coligadas

Empresa	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	% de Participação		Quantidade de Ações Ordinárias	Investimento em 31/12/2018	Movimentação de 01/01 a 31/12/2019			Investimento em 31/12/2019	Resultado de Participação em Coligadas em 31/12/2018
				Votante	Total			Dividendos Pagos / Provisionados (*)	Outros Eventos	Resultado de Participações em Coligadas		
Redecard S.A.	3.865.210	17.126.772	965.691	19,02	19,02	127.820.698	3.120.427	(45.927)	(46)	183.711	3.258.165	466.697

(*) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Outros Créditos - Rendas a Receber.

Nota 8 - Recursos de Debêntures

Apresentamos os recursos de Debêntures, de Natureza Simples e Pública, da Espécie Subordinada:

Características ⁽¹⁾	Nº Registro na CVM	Emitida ⁽³⁾	Quantidade				Montante em Circulação		Data de Vencimento	Data de Repactuação
			Em Circulação		Em Tesouraria		31/12/2019	31/12/2018		
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018				
4ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-93/099 e 112	4	4	4	-	9	95.838	90.441	01/03/2035	não há
4ª Emissão - Série Única	SEP/GER/DEB-96/120	2	2	2	-	-	13.724	12.951	01/03/2035	01/03/2035
5ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SEP/GER/DEB-95/034 e 075	7	7	38	-	23	16.029	91.992	01/03/2035	não há
5ª Emissão - Série Única - BLAN15	SER/DEB-2005/013	12	12	13	-	-	57.074	58.518	01/03/2035	não há
6ª Emissão - Série Única ⁽²⁾	SEP/GER/DEB-96/175	-	-	91.656	-	761.841	-	958.059	01/03/2035	não há
8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2002/042 e 043	49	49	62	-	3	34.987	41.401	01/03/2035	não há
9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	SRE/DEB/2005/001 e 002	12.726	12.726	59.180	-	17.274	435.035	2.010.650	01/03/2035	01/10/2024
4ª Emissão - 2ª Série	SRE/DEB/2006/023	252	252	365	-	7	954.914	1.306.454	01/03/2035	não há
5ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/046	141	141	1.464	-	1.083	45.572	445.444	01/03/2035	não há
4ª Emissão - 3ª Série	SEP/GER/DEB-93/103	2	2	2	-	-	48.357	45.633	01/03/2035	não há
5ª Emissão - Série Única - BFBL15	SEP/GER/DEB-97/105	58	58	65	-	54	121.010	128.996	01/03/2035	não há
6ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2006/025	54.952	54.952	238.561	-	81.355	2.060.011	8.439.455	01/03/2035	01/03/2035
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2007/024	39.367	39.367	156.387	-	56.171	1.304.193	4.889.211	01/03/2035	não há
8ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2008/004	39.080	39.080	158.415	-	58.098	1.237.729	4.734.672	01/03/2035	não há
6ª Emissão - Série Única ⁽²⁾	SRE/DEB/2005/012	520	520	520	-	-	2.493	2.353	01/03/2035	não há
7ª Emissão - Série Única	SRE/DEB/2005/056	12	12	12	-	3	53.313	50.310	01/03/2035	não há
8ª Emissão - 1ª série	SRE/DEB/2012/001	39.077	39.077	181.080	-	60.004	805.672	3.523.187	01/03/2035	não há
Total		186.261	186.261	887.826	-	1.035.925	7.285.951	26.829.727		

(1) A periodicidade do pagamento dos juros é no vencimento, sendo os juros 100% da Taxa Média Diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(2) Desdobramento das debêntures conforme aditamento de 13/06/2014.

(3) Cancelamento parcial de 8.246.782, 1.238.793, 307.642 e 191.055 debêntures em tesouraria conforme AGE de 10/10/2018, 01/03/2019, 06/08/2019 e 13/12/2019, respectivamente.

Nota 9 – Patrimônio Líquido

a) **Capital Social** - Está representado por 1.504.996.693 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGO/E de 27/04/2018, homologada pelo BACEN em 14/06/2018, foi deliberado aumento de capital social no montante de R\$ 8.986 mediante capitalização de Reservas de Lucros, sem emissão de novas ações.

b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2019			31/12/2018		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	585.000	(12.750)	572.250	177.000	(26.550)	150.450
Dividendos Extraordinários	500.000	-	500.000	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionado no período anterior)	85.000	(12.750)	72.250	177.000	(26.550)	150.450
Provisionados (*)	2.517	-	2.517	85.000	(12.750)	72.250
Dividendos	2.517	-	2.517	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	85.000	(12.750)	72.250

(*) Registrados na rubrica Outras Obrigações.

Nota 10 - Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto: Itaú Unibanco S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa Investimentos Itaú S.A.;
- Controladas - as participações diretas da DIBENS LEASING, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa Investimentos Itaú S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

	Taxa Anual	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
		31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		9.042.175	29.054.678	965.023	3.266.416
Controladoras	4,40% Préfixada e 100% SELIC	9.042.175	28.536.891	951.596	3.234.707
Controladas		-	517.787	13.427	31.709
Títulos e Valores Mobiliários		18.576	18.949	968	1.094
Controladas		-	-	(62)	-
Fundos de Investimentos		18.576	18.949	1.030	1.094
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos - Debêntures		(7.285.951)	(26.829.727)	(836.704)	(3.127.788)
Controladoras	100% DI	(7.285.951)	(26.829.727)	(836.704)	(3.127.788)
Valores a Receber (Pagar)/ Receitas (Despesas) Administrativas, Prestação de Serviços e/ou Outras Operacionais		(50)	(50)	-	-
Controladoras		(50)	(50)	-	-
Despesas com Doações		-	-	(3.000)	-
Outras		-	-	(3.000)	-

b) **Remuneração do Pessoal Chave da Administração** – Os honorários atribuídos aos Administradores da DIBENS LEASING são pagos pela controladora Itaú Unibanco Holding S.A.

Nota 11 – Informações Complementares

a) Gerenciamento de Riscos e Capital – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Risco Operacional” que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

b) Comitê de Auditoria Único – Em atendimento à Resolução nº 3.198, de 27/05/2004, do CMN, a DIBENS LEASING aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

CNPJ 65.654.303/0001-73
DIBENS LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Companhia Aberta
NIRE 35300130707

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Em 14.2.2020, às 10h30, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parte, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Ricardo Nuno Delgado Gonçalves.

QUÓRUM: Maioria dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:

Após analisar e discutir as demonstrações financeiras do exercício social de 2019, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, em observância às disposições dos incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e

b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2019.

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 14 de fevereiro de 2020. (aa) Ricardo Nuno Delgado Gonçalves – Diretor Presidente; Alexsandro Broedel Lopes, Andre Balestrin Cestare, Badi Maani Shaikhzadeh e Matias Granata – Diretores.

CERTIFICAMOS SER A PRESENTE CÓPIA FIEL DA
ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO
São Paulo (SP), 14 de fevereiro de 2020.

RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES
Diretor Presidente

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Aos Administradores e Acionistas

Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

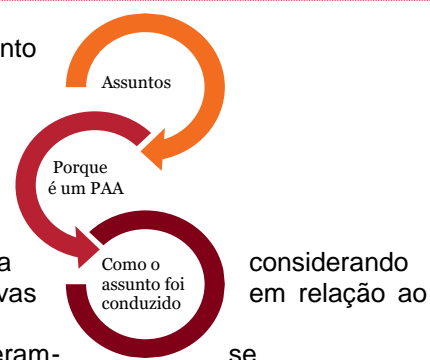
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício de 2019. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício de 2019 foi planejada e executada que as operações da Instituição não apresentaram modificações significativas ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício de 2018.



Valorização, custódia e divulgação de operações com partes relacionadas (Notas 8 e 10)

As aplicações interfinanceiras de liquidez e as captações de recursos por meio de emissão de debêntures foram realizadas com partes relacionadas. Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

Considerando a relevância dessas operações no contexto da Instituição, a apropriada valorização, custódia e divulgação sobre essas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

- Obtivemos entendimento e testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos no processo de valorização, custódia e divulgação dessas operações.
- Testamos a valorização e custódia das operações e confrontamos os dados divulgados nas demonstrações contábeis com as informações obtidas durante o processo de auditoria.

Consideramos que as operações com partes relacionadas estão consistentes com as divulgadas nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 2019 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7